

HELITA BARREIRA CUSTÓDIO

Doutora em Direito e Professora "Livre-Docente" pela Universidade de São Paulo - USP; Aperfeiçoamento em Administração Pública com especialização em Direito Urbanístico pela Universidade de Roma "LA SAPIENZA"; Procuradora do Município direitos conquistados; Ex-Advogada da CETESB-SP (junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo); Ex-Assessora Judiciária do Supremo Tribunal Federal - STF (Brasília-DF); Membro Emérito da Comissão do Meio Ambiente da OAB-SP.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AO MEIO AMBIENTE

Tese por meio da qual a Autora conquistou o Título de Professora Livre-Docente perante o Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP, em 1984.

Editora Millennium
CAMPINAS/SP
2006

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C969r

Custódio, Helita Barreira.

Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente / Helita Barreira
Custódio. - Campinas, SP: Millennium, 2006.

1. Meio ambiente - Legislação - Brasil. 2. Direito ambiental. I. Título
ISBN. 85-7625-078-0 CDD 344.046

ÍNDICE GERAL DAS MATÉRIAS

APRESENTAÇÃO	IX
PREFÁCIO	XIII
ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS CONSTANTES DO TEXTO	XXV

INTRODUÇÃO

SUMÁRIO	1
CAPÍTULO I. Considerações preliminares sobre o dano por poluição ao meio ambiente e a conseqüente responsabilidade civil	1
CAPÍTULO II. Os grandes desafios da época atual e as opções correlatas: RETROCEDER ou PROGREDIR	3
1. <i>RETROCEDER</i> , permanecendo no campo da insciência, da convivência ou da indiferença perante os graves fatos da atualidade	4
2. <i>PROGREDIR</i> , se se reagir cumprindo, gradativa e iligentemente, os deveres constitucionais e legais	10
a) Cumprir a política informativa, educacional e de conscientização de todos	11
1) O direito à informação ambiental	11
2) O direito à educação ambiental e à conscientização pública	16
b) Cumprir a política conciliatória de interesses privados, sociais e públicos	26
c) Cumprir a política de participação para contribuições à compatibilização do desenvolvimento sócio-conômico com a preservação ambiental	28
CAPÍTULO III. Observações conclusivas sobre a relevante missão dos juristas em geral	29

PRIMEIRA PARTE RESPONSABILIDADE

TÍTULO I NOÇÕES E ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE

SUMÁRIO	39
CAPÍTULO I. Noções de responsabilidade	39
CAPÍTULO II. Aspectos gerais da evolução do conceito de responsabilidade	46

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

CAPÍTULO III. Aspectos gerais da evolução histórica da responsabilidade	55
1. No Direito Romano	56
a) No Direito Romano Antigo	56
b) No Direito Romano Clássico	62
c) No Direito Romano Pós-Clássico	65
2. No Direito Intermédio	67
3. No Direito Positivo de alguns Países	73
a) França	73
b) Itália	74
c) Portugal	77
d) Brasil	79
CAPÍTULO IV. Observações conclusivas	87

TÍTULO II CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE

SUMÁRIO	89
CAPÍTULO I. Classificação da responsabilidade em geral	89
1. Responsabilidade contratual	89
2. Responsabilidade extracontratual ou aquiliana	91
3. <i>Distinção</i> entre as duas categorias de responsabilidade (contratual e extracontratual): Relevância e critérios gerais	97
CAPÍTULO II. Classificação da responsabilidade extracontratual	103
1. Responsabilidade penal	105
2. Responsabilidade civil	107
a) Distinção entre responsabilidade civil e responsabilidade penal	110
b) Independência da responsabilidade civil	120
c) Influência da responsabilidade penal sobre a responsabilidade civil diante de fatos danosos simultâneos ou reflexos	122
d) Observações complementares	130
3. Responsabilidade administrativa	135
a) Responsabilidade administrativa e poder de polícia	136
b) Responsabilidade administrativa e poder disciplinar	142
c) Considerações complementares sobre as repercussões da responsabilidade administrativa geral e da responsabilidade administrativa ambiental na responsabilidade civil por danos ao meio ambiente	145
1) Aplicabilidade do princípio do controle judiciário aos <i>atos vinculados</i> , como regra geral obrigatória	152

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

2) <i>Inaplicabilidade do princípio do controle judiciário aos atos discricionários quanto ao mérito e sua aplicabilidade aos atos discricionários quanto aos motivos</i> (nos casos de vícios ou ilegalidades)	154
4. Responsabilidade política	162
CAPÍTULO III. Considerações conclusivas sobre a notável relevância da responsabilidade civil como tema progressivamente atual e sempre oportuno, mormente diante da explosão de danos ambientais ressarcíveis	165

SEGUNDA PARTE RESPONSABILIDADE CIVIL

TÍTULO I ATOS ILÍCITOS, ATOS LÍCITOS E RESPONSABILIDADE CIVIL

SUMÁRIO	171
CAPÍTULO I. Atos ilícitos e atos lícitos	171
1. Noções gerais de <i>atos ilícitos</i>	172
2. Conceito legal dos <i>atos ilícitos</i>	178
a) Elementos básicos dos atos ilícitos	179
1) Ação ou omissão voluntária por culpa (" <i>lato sensu</i> " com a compreensão do " <i>dolo</i> " ou " <i>stricto sensu</i> " com a compreensão da " <i>simples culpa</i> " por negligência, imprudência ou imperícia)	179
2) A violação do direito causadora de prejuízo a outrem e a obrigação de reparar o conseqüente dano ressarcível	184
3) O nexo causal entre a pessoa da ilícita ação ou omissão prejudicial e o dano ressarcível	188
b) <i>O ato ilícito danoso como fato gerador da responsabilidade civil subjetiva ou por culpa</i>	190
3. Noções gerais de <i>atos lícitos</i>	191
4. Conceito legal dos <i>atos lícitos</i> com seus elementos básicos e como <i>fato gerador da responsabilidade civil objetiva ou por risco</i>	196
a) Normas do Código Civil anterior, reafirmadas e ampliadas pelo novo Código Civil	202
b) Normas integrantes de leis especiais	202
c) Normas especiais e gerais de leis integrantes do Direito Ambiental	203
d) Normas constitucionais	204
5. Considerações sobre a relevância dos atos ilícitos danosos	

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

e dos atos lícitos danosos como fontes autônomas e inconfundíveis da responsabilidade civil	206
a) A primeira categoria trata dos <i>atos ilícitos</i>	206
b) A segunda categoria trata dos <i>atos lícitos</i>	207
CAPÍTULO II. Responsabilidade civil	210
1. Noções gerais de responsabilidade civil	210
2. Teorias da responsabilidade civil	218
a) Teoria tradicional da responsabilidade civil subjetiva ou por culpa	220
1) No Direito Comparado	220
2) No Direito Positivo Brasileiro	223
b) Teoria da responsabilidade civil objetiva ou por risco	227
1) No Direito Comparado	227
2) No Direito Positivo Brasileiro	236
3. Considerações complementares relacionadas com a <i>responsabilidade civil por danos ao meio ambiente</i>	247
a) Síntese de três correntes de opiniões sobre as teorias da responsabilidade civil	248
b) Nossa adesão à terceira corrente	248
c) Relevantes questões jurídicas aplicáveis à responsabilidade civil em, geral e à responsabilidade civil por danos ao meio ambiente em particular	250
1) Aplicação total da responsabilidade civil diante da concorrência de "culpas", de "riscos" ou de "culpas e riscos", com ou sem a ocorrência de caso <i>fortuito</i> ou <i>força maior</i> , entre pessoas solidariamente responsáveis	250
2) Limitação proporcional ou parcial da responsabilidade civil	273
3) Exclusão total da responsabilidade civil	287
d) Advertências sobre a perigosa tendência de abusiva invocação de <i>caso fortuito</i> ou <i>força maior</i> para limitação ou exclusão da responsabilidade civil	309
1) <i>Em circunstâncias normais</i> do exercício de atividades não-perigosas, no campo do Direito Civil (CC anterior, art. 1.058 e parágrafo único, reproduzido pelo nCC, art. 393 e parágrafo único)	311
2) <i>Em circunstâncias arriscadas</i> do exercício de atividades perigosas, particularmente no campo do Direito Ambiental	312
3) <i>Em circunstâncias extraordinárias</i> insuscetíveis de detecção ou de registro de fato da Natureza externo ou	

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

interno, respectivamente, pela *meteorologia* ou pela *sismologia*: Exclusão da responsabilidade civil 313

TÍTULO II

RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

SUMÁRIO	315
CAPÍTULO I. Básicas normas jurídicas sobre fatos ou atos danosos geradores de responsabilidade civil integrantes do Direito Positivo Brasileiro	315
1. Normas integrantes da <i>Constituição Federal</i>	315
a) Normas sobre <i>danos materiais ou morais</i> referentes a direitos e garantias fundamentais	315
b) Normas sobre <i>danos nucleares</i>	316
c) Normas sobre <i>danos gerais</i> ou especiais causados a terceiros ou a outrem decorrentes da prestação de serviços públicos	316
d) Normas sobre <i>danos ao erário</i> por atos de improbidade administrativa de agentes públicos em geral	319
e) Normas sobre <i>danos</i> por infrações contra a ordem econômica	319
f) Normas sobre <i>danos</i> causados por violação dos direitos à educação e à cultura	319
g) Normas sobre <i>danos ambientais</i> lesivos ao meio ambiente, à saúde ambiental, à saúde pública e à vida	320
h) Normas sobre <i>danos</i> pelo uso da propriedade particular	320
2. Normas integrantes do <i>Código Civil</i>	320
a) Normas sobre <i>danos</i> a terceiros	320
b) Normas gerais sobre <i>danos</i> por atos ilícitos	321
c) Normas especiais sobre danos por atos ilícitos	322
d) Normas sobre danos por atos abusivos em geral definidos como todas as manifestações de atos ilícitos ou contrários ao Direito	328
e) Normas sobre <i>danos</i> por atos lícitos ou pelo exercício regular de atividades perigosas juridicamente permitidas	331
f) Normas sobre <i>danos</i> a direitos de vizinhança decorrentes do uso nocivo da propriedade imóvel	333
g) Normas sobre <i>danos</i> por fatos, condutas ou atividades de terceiros ou de outrem	335

h) Normas sobre <i>danos</i> causados por fato ou guarda de animais	338
i) Normas sobre <i>danos</i> provenientes de coisas inanimadas: em ruína, caídas ou lançadas em lugar indevido ou em custódia	339
3. Normas integrantes de <i>leis especiais</i>	346
a) Normas sobre <i>danos</i> ou eventos decorrentes de acidente do trabalho (doença profissional ou doença do trabalho)	346
b) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de atividades penosas, insalubres e perigosas	346
c) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de atividades relacionadas com bebidas	346
d) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de atividades de pesquisa mineral, causados ao proprietário ou possuidor do imóvel	346
e) Normas sobre <i>danos</i> causados aos consumidores por defeitos de produtos ou relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização, fruição e riscos	346
f) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de infrações às atividades econômicas	347
g) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de infrações às disposições da vigilância e legislação sanitária	347
h) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de serviços notariais e de registro	347
i) Normas sobre <i>danos</i> decorrentes de transportes por vias terrestres, aquáticas e aéreas	347
4. Normas instituídas em leis integrantes do <i>Direito Ambiental Brasileiro</i>	349
a) Normas sobre <i>danos ambientais</i> causados pela ilegal comercialização ou utilização de moto-serras em florestas e demais formas de vegetação	349
b) Normas sobre <i>danos ambientais</i> nocivos a viveiros, açudes e fauna aquática de domínio público	349
c) Normas sobre <i>danos ambientais</i> e a terceiros decorrentes da exploração de recursos minerais	349
d) Normas sobre <i>danos nucleares</i> causados por acidente nuclear ou pelo exercício de atividades nucleares de qualquer natureza	349
e) Normas sobre <i>danos ambientais</i> nocivos ao Patrimônio Cultural e Turístico	350

f) Normas sobre <i>danos ambientais</i> nocivos às Unidades de Conservação da Natureza	350
g) Normas sobre <i>danos ambientais</i> e a terceiros decorrentes de atividades ou condutas lesivas aos recursos ambientais (naturais, culturais, sanitários, sócio-econômicos)	351
h) Normas sobre <i>danos ambientais</i> decorrentes de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos	351
i) Normas sobre <i>danos ambientais</i> à segurança da navegação e a terceiros decorrentes de atividades em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais	351
j) Normas sobre <i>danos ambientais</i> nocivos à saúde pública decorrentes de atividades relacionadas com substâncias, produtos e resíduos tóxicos ou agrotóxicos perigosos	352
l) Normas sobre <i>danos ambientais</i> decorrentes de atividades agrícolas com a utilização de agrotóxicos	353
m) Normas sobre <i>danos ambientais</i> decorrentes do uso das técnicas de engenharia genética, envolvendo organismos geneticamente modificados-OGMs	353
n) Normas sobre <i>danos ambientais</i> nocivos às águas em geral	353
o) Normas processuais sobre <i>a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente</i> , ao consumidor, a bens e a direitos de valores integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro	353
CAPÍTULO II. Considerações conclusivas	355

TERCEIRA PARTE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AO MEIO AMBIENTE

TÍTULO I MEIO AMBIENTE E NORMAS JURÍDICAS PROTECIONAIS

SUMÁRIO	359
CAPÍTULO I. Introdução sobre noções gerais de meio ambiente	359
1. Noções doutrinárias de meio ambiente	361
2. Definição legal de meio ambiente	365
3. Definição constitucional de meio ambiente	367
4. Breves considerações conclusivas sobre as noções gerais de meio ambiente	367

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

CAPÍTULO II. Bens ou recursos ambientais integrantes do meio ambiente e juridicamente protegidos

	368
1. Bens ou recursos naturais	369
a) Ar ou atmosfera	369
b) Águas	372
c) Solo, seu subsolo, espaço aéreo, demais acessórios e adjacências ou incorporações naturais ou artificiais	376
d) Espécies vegetais, animais e microorgânicas	379
1) Espécies vegetais ou flora em geral	380
2) Regimes jurídicos aplicáveis às espécies vegetais ou à flora em geral	391
3) Espécies animais ou fauna em geral	395
e) Outros elementos do meio ambiente integrantes da biosfera	403
1) Luz solar	403
2) Energia	404
3) Silêncio ambiental	408
4) Alimentos e bebidas em geral	413
2. Bens culturais integrantes do Patrimônio Cultural	422
3. Bens sócio-econômico-ambientais integrantes do meio ambiente urbano	431
4. Considerações conclusivas	435

CAPÍTULO III. Normas jurídicas protetoras do meio ambiente integrantes do Direito Ambiental

	437
1. No Direito Internacional	437
a) Normas internacionais contra armas perigosas de destruição em massa	438
b) Normas internacionais sobre a proteção a todas as espécies de baleias contra a exploração excessiva	439
c) Normas internacionais sobre a proteção do Patrimônio Cultural	439
d) Normas internacionais sobre a proteção da flora e da fauna, incluídas as aves migratórias	440
e) Normas internacionais sobre a proteção de grupos nacionais (índios e outros)	441
f) Normas internacionais sobre Direito do Mar e preservação dos recursos vivos do mar	442
g) Normas internacionais sobre a proteção ambiental e a utilização da Antártida somente para fins pacíficos e para pesquisa científica no interesse da Humanidade	443
h) Normas internacionais sobre a proteção dos trabalhadores contra substâncias ou emissões	

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

prejudiciais sua saúde	443
i) Normas internacionais sobre prevenção, segurança e ajustes bilaterais e multilaterais de cooperação para exploração ou utilização do material ou da energia nuclear para fins pacíficos	444
j) Normas internacionais sobre princípios referentes à exploração e ao uso do espaço cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes	446
k) Normas internacionais sobre a proteção das águas e dos respectivos recursos vivos	446
l) Normas internacionais sobre trânsito em geral e transportes de produtos ou resíduos perigosos entre dois ou mais Países	447
m) Normas internacionais sobre a proteção das zonas úmidas de importância mundial	447
n) Normas internacionais de combate à desertificação nos Países afetados pela seca	447
o) Normas internacionais sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural diretamente relacionadas com aquelas sobre Turismo	448
p) Normas internacionais sobre a proteção dos recursos ambientais da Amazônia	449
q) Normas internacionais sobre o combate contra a poluição atmosférica e sobre a proteção da Camada de Ozônio	450
r) Normas internacionais sobre a proteção à saúde humana e ao meio ambiente em geral	451
s) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	452
t) Convenção sobre Diversidade Biológica	452
u) AGENDA 21	453
2. No Direito Comunitário	457
a) No Direito Ambiental da Comunidade Européia	458
b) No Direito Ambiental do MERCOSUL	464
3. No Direito Comparado	468
a) Nos Estados Unidos da América, <i>em 1969</i>	470
b) Na Grécia, <i>em 1975</i>	473
c) Em Portugal, <i>em 1976</i>	473
d) Na França, <i>em 1976</i>	475
e) Na Venezuela, <i>em 1976</i>	476
f) Na Espanha, <i>em 1978</i>	476
g) No Peru, <i>em 1979</i>	477
h) Na Holanda, <i>em 1983</i>	479

1) Na Itália, <i>em 1986</i>	479
j) Na Alemanha, <i>em 1990</i>	482
k) Em outros Países, <i>a partir de 1990</i>	484
4. No Direito Positivo Brasileiro	490
a) Normas jurídicas constitucionais	492
1) Normas constitucionais sobre a organização político-administrativa (autonomia) e a competência das Unidades da Federação em matéria ambiental	494
2) Normas constitucionais sobre a proteção dos bens ou recursos ambientais (naturais e culturais)	503
3) Princípios e normas gerais constitucionais sobre atividade econômica a serem observados para a conciliação do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação do meio ambiente saudável ao bem-estar de todos	504
b) Normas jurídicas legais e regulamentares, materiais e processuais, integrantes do Direito Ambiental Brasileiro	505
1) Legislação e normas ambientais do período anterior à Lei geral n. 6.938, de 31-8-81	506
2) Legislação e normas ambientais do período posterior à vigência da Lei geral n. 6.938, de 31-8-81	529
3) Leis processuais à defesa do patrimônio ambiental (natural, cultural, sanitário, sócio-econômico)	537
CAPÍTULO IV. Considerações conclusivas	551

TÍTULO II

DANOS AO MEIO AMBIENTE POR POLUIÇÃO

SUMÁRIO	555
CAPÍTULO I. Conceito de poluição ambiental	556
CAPÍTULO II. Noções de danos ao meio ambiente decorrentes de poluição ambiental originada de diversas fontes poluentes	563
CAPÍTULO III. Classificação da poluição ambiental com a inclusão da respectiva jurisprudência	570
1. Classificação da poluição de acordo com as diversas fontes poluentes	571
a) Fontes de poluição por atividades domésticas	571

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

b) Fontes de poluição por atividades agrícolas e por agrotóxicos ali utilizados	572
c) Fontes de poluição por atividades industriais ou econômicas perigosas ou arriscadas, incluídas as atividades sonoras, ruidosas ou incômodas em geral (econômicas e não-econômicas), com os respectivos lixos, resíduos ou rejeitos em geral	574
d) Fontes de poluição por atividades nucleares com os respectivos lixos, resíduos ou rejeitos	576
2. Classificação da poluição de acordo com os tipos de contaminação que lesam os bens ou recursos ambientais em seus mais variados aspectos	581
a) Contaminação biológica	581
b) Contaminação química	581
c) Contaminação física - poluição física, incluída a radioativa	581
d) Novos tipos de poluição	581
1) Poluição verbal	582
2) Poluição jurídica ou poluição legislativa	582
3) Poluição moral	582
4) Poluição pelo excesso de consumo	583
5) Poluição decorrente da marginalização social	583
3. Classificação da poluição de acordo com os <i>bens ou recursos ambientais lesados e a respectiva jurisprudência brasileira</i>	584
a) Poluição lesiva aos bens ou recursos ambientais integrantes do Patrimônio Natural, do Patrimônio Sanitário e do Patrimônio Sócio-Econômico componentes do Patrimônio Ambiental com a jurisprudência correlata	584
1) Poluição do ar ou poluição atmosférica: Noções e jurisprudência	584
2) Poluição das águas: Noções e jurisprudência	591
3) Poluição do solo e subsolo (mineração e outras atividades perigosas): Noções e jurisprudência	599
4) Condutas e atividades lesivas às florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente, à reserva florestal legal ou à flora em geral: Jurisprudência	612
5) Condutas lesivas aos animais ou à fauna em geral: Jurisprudência	618
6) Poluição sonora e outras lesões aos direitos de vizinhança, ao sossego coletivo ou público, à saúde e ao bem-estar da população:	

Localização: 347.51:504(81)

C987r

Código de barras: STJ00065018

Jurisprudência	622
7) Poluição ambiental e competência legislativa, executiva e judicial: Jurisprudência	627
8) Poluição por indústrias e atividades perigosas em geral: Jurisprudência	628
9) Poluição por lixo, resíduos ou rejeitos em geral: Jurisprudência	629
10) Condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente e às Unidades de Conservação em geral: Jurisprudência	630
11) Poluição prejudicial à saúde da população, do consumidor e do trabalhador: Jurisprudência	633
12) Condutas ou atividades poluentes e lesivas aos bens ou recursos ambientais integrantes da Zona Costeira: Jurisprudência	635
13) Condutas ou atividades poluentes e lesivas aos bens ou recursos ambientais integrantes das Zonas de Montanha: Jurisprudência	637
14) Condutas ou atividades poluentes e lesivas às áreas indígenas: Jurisprudência	638
b) Condutas ou atividades poluentes e lesivas aos bens ou recursos ambientais integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro componente do Patrimônio Ambiental com a jurisprudência correlata	639
1) Poluição degradadora ou descaracterizadora de bens ou recursos ambientais integrantes do Patrimônio Cultural e advertências correlatas	639
2) Poluição degradadora ou descaracterizadora de bens ou recursos ambientais integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro: Jurisprudência	641
CAPÍTULO IV. Considerações finais	645

TÍTULO III

ASPECTOS JURÍDICOS DO FATO OU, ATO DANOSO POR POLUIÇÃO E OS MEIOS PARA A REPRESSÃO, A REPARAÇÃO E A PREVENÇÃO DO DANO CORRELATO

SUMÁRIO	649
CAPÍTULO I. Insuficiências, inadequações ou incompatibilidades de normas do Direito Positivo Brasileiro em confronto com princípios e normas constitucionais e legais supervenientes	650
1. De normas do <i>Código Civil</i>	650

a) CC anterior, art. 15 - novo CC, art. 43: Insuficiência do conceito de pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos	650
b) CC anterior, art. 66,1 - novo CC, mi. 99,1: Insuficiência do conceito de <i>bens de uso comum do povo</i>	651
c) CC anterior, art. 159 - novo CC, arts. 186, 187, 927: Insuficiência do conceito de <i>atos ilícitos</i>	652
d) CC anterior, arts. 554, 555 -novo CC, arts. 1.277 a 1.281: Insuficiência do conceito de <i>direitos e deveres de vizinhança e incompatibilidade da troca da expressão "uso nocivo da propriedade" por "uso anormal da propriedade"</i>	653
1) Conclusão pelo amplo conceito dos direitos e deveres de vizinhança	670
2) Conclusão pela necessidade inadiável da revisão das expressões "Do uso anormal da propriedade", "interferências prejudiciais" e "limites ordinários de tolerância dos moradores da vizinhança", propondo-se a sua supressão e o restabelecimento da científica expressão "DO USO NOCIVO DA PROPRIEDADE"	670
e) Incompatibilidade da norma processual do parágrafo único do art. 76 do CC anterior e sua oportuna revogação pelo CC posterior	670
2. De normas de leis integrantes do <i>Direito Ambiental</i>	673
a) Incompatibilidades de normas do <i>Código de Águas e de Regulamentos correlatos</i>	673
b) Inadequações e incompatibilidades de normas do <i>Código Florestal</i> e de Medidas Provisórias correlatas	674
1) Art. 3º, § 1º	674
2) Arts. 16, § 2º, 44, parágrafo único, da Lei nº 4.771, de 15-9-65, com a nova redação e os acréscimos da Medida Provisória nº 1.956-44, de 9-12-99 (ou de MP substitutiva ou de texto legal posterior similar)	675
3) Art. 27, parágrafo único	682
c) Insuficiências e incompatibilidades de normas do <i>Código de Proteção à Fauna</i>	685
d) Insuficiência de normas do <i>Código de Mineração</i>	685
e) Incompatibilidades, insuficiências e inadequações de normas da Lei nº 6.453, de 17-10-77, sobre a responsabilidade civil por danos nucleares	686

f) Inadequação e incompatibilidade da transformação prevista na norma do art. 18 da Lei nº 6.938, de 31-8-81, posteriormente revogado pela Lei nº 9.985, de 18-7-2000	687
g) Insuficiências e inadequações de normas da Lei n. 7.347, de 24-7-85 (arts. 5º, I, 11, 6º)	688
h) Incompatibilidades constitucionais de normas legais ou de atos normativos sobre "sigilo comercial" ou "sigilo industrial" violador do direito à informação ambiental	690
3. Considerações conclusivas e <i>apelo</i>	691
CAPÍTULO II. Técnicas jurídicas aplicáveis à repressão, à reparação e à prevenção de danos ambientais, bem como à proteção, à defesa, à recuperação ou à melhoria e à preservação do meio ambiente	691
1. Noções amplas de interesses comuns (interesses difusos) e instrumentos judiciais para sua defesa	692
2. Técnicas jurídicas por meios judiciais aplicáveis à repressão, à reparação ou à prevenção dos danos por poluição ambiental	698
a) Ações judiciais distintas	700
b) Ação de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente ou ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente	701
1) A legitimação para agir	702
2) A prova pericial	703
3) A avaliação da responsabilidade	704
4) A aplicação do valor da indenização em projetos de recuperação de bens lesados	706
3. Técnicas jurídicas por <i>meios extrajudiciais aplicáveis à prevenção e à reparação do dano ambiental</i> , bem como à recuperação ou à melhoria e à preservação do meio ambiente	708
a) Em leis integrantes do <i>Direito Ambiental</i>	709
b) Em normas sobre o <i>seguro-poluição</i>	711
4. Considerações conclusivas	716
CAPÍTULO III. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente de natureza objetiva, como técnica jurídica de particular importância à reparação do dano por poluição ambiental	718
1. Síntese do fato ou ato danoso ambiental por ato lícito	718
a) No Direito Comparado	718
b) No Direito Comunitário	723
c) No Direito Internacional	723
d) No Direito Positivo Brasileiro	724

2. O dano por poluição e a responsabilidade civil objetiva expressa e implícita no Direito Positivo Brasileiro	726
a) No Código Civil anterior de 1916 e na Lei posterior n. 10.406, de 10-1-2002	726
1) CC anterior, art. 15 - novo CC, art. 43	726
2) CC anterior, art. 160, I, 2ª parte - novo CC, art. 188, I, 2ª parte	728
3) CC anterior, arts. 554 e 555 - novo CC, arts. 1.277 a 1.281	729
4) CC anterior, arts. 1.519, 1.521, III, 1.522, 1.523 - novo CC, arts. 929, 931, 932, 111, 933	731
5) Lei n. 10.406, de 10-1-2002, parágrafo único do art. 927	732
b) Na Lei n. 6.453, de 17-10-77, sobre a responsabilidade civil por danos nucleares	735
c) Na Lei n. 6.938, de 31-8-81, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente	736
d) Na Constituição Federal de 1988	736
1) Art. 5º, XXXV	737
2) Art. 21, XXIII, d – EC n. 49/2006	737
3) Art. 37, § 6º	737
4) Art. 225, § 3º, c/c art. 216, § 4º	738
3. Considerações complementares	739
a) Relevância dos princípios gerais do Direito: <i>Suo iure uti e alterum non laedere (neminem laedere)</i>	739
b) Livre iniciativa da atividade econômica e observância obrigatória dos princípios constitucionais e legais à defesa ambiental	742
c) Complexidade e dificuldades do regime de reparação do dano ambiental em ação de responsabilidade civil	743
d) Observações conclusivas	745
CONCLUSÕES	749
BIBLIOGRAFIA	767
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	803